

ATA Nº 106

CENTÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE E JURISDIÇÃO

DATA: 22 de novembro de 2016, às 9h30min

LOCAL: Gabinete da Gerência-Executiva do INSS em Porto Alegre – Rua
Jerônimo Coelho nº 127 – 10º andar – sala 1012 – Porto Alegre/RS

I – Presenças

Representação do Governo/INSS:

- Haidson Pedro Brizola da Silva – Presidente
- Eduardo de Moura Minuzzi – Procuradoria Federal Especializada
- Patrícia de Almeida Zanini - GEX INSS Porto Alegre
- Ivan Tesch da Silveira – GEX INSS Porto Alegre

Secretária/INSS:

- Maria José Alves Machado

Representantes da Sociedade:

- Carlos Pinheiro - FETAPERGS
- Franklin Castronovo de Carvalho – ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS
- Eunice da Cunha Luz - SINDINAPI
- Alfredo Elenar Gonçalves – CUT
- Luiz Francisco Bossle da Costa – SINDUSCON
- Tatiane Silva - FECOMÉRCIO

Convidados:

Suzane Maria Cazeiro Serafim - Serviço de Saúde do Trabalhador - INSS Porto Alegre

Nágila Correa Vargas - Serviço de Reconhecimento Inicial - INSS Porto Alegre

Maria Salette Falleiro de Paula – COMSOC/RS

II – Abertura

O presidente do conselho abriu a reunião, cumprimentou os convidados e comentou que não recebeu sugestão de pauta, comunicou a visita da presidente da 18ª Junta de Recursos, nossa convidada.

III – Ordem do dia: apresentação

Assuntos Gerais

O presidente submeteu a Ata nº 105, de 27/9/2016, para aprovação. Aprovada, ele apresentou os participantes da reunião, destacou as novas chefias e a presença de servidores da Divisão de Benefícios e Assessoria de Comunicação Social. Disse que o presidente do INSS está visitando várias unidades em todo o país. Acrescentou que no período de 13 a 17/12, os gerentes-executivos participarão de um workshop em Brasília para realinhamento. Explicou a dinâmica das reuniões para o planejamento anual. Sugeriu transferir a data da próxima reunião para 20/12 e recomendou que as entidades enviem pauta e se julgarem necessário solicitem uma reunião extraordinária.

Informou que houve troca da presidência do Conselho Nacional.

Devido à ausência da presidente da 18ª Junta de Recursos, Marli Folchini, a representante titular da FECOMÉRCIO no CRSS, Tatiane Silva, que também integra uma turma na referida Junta, representando as empresas, explicou que o referido órgão é composto por 6 turmas, cada turma possui três representantes, um do governo, um dos trabalhadores e um das empresas, cujo mandato é por um período de 2 anos, podendo ser renovado por mais dois, conforme o resultado de um relatório de avaliação sobre a sua produtividade. Ela ressaltou que as entidades são convidadas e recebem ofícios solicitando a indicação de representantes, os quais, caso haja interesse são submetidas a uma entrevista com a presidente da Junta. Os processos eletrônicos são distribuídos com a finalidade de serem julgados e, cada representante deve analisar mensalmente de 65 a 100 processos, recebem R\$ 47,00 por processo analisado. O prazo para análise é de 30 dias, embora haja processos mais demorados, em função do cumprimento de diligências para averiguação de provas, como por exemplo a aposentadoria rural, onde há dificuldade com relação a documentação comprobatória. Apesar disso, há um cuidado para que, na medida do possível, o prazo seja cumprido. Ficam em sobrestado por mais de 30 dias, os que dependem de documentos de regiões distantes. A prioridade na análise e julgamento dos processos é com relação aos benefícios de auxílio-doença e benefício assistencial. Durante as sessões há a possibilidade do segurado ou seu representante legal apresentar defesa oral. Acrescentou que solicitam muitas diligências ao INSS para esclarecer dúvidas e anexar documentos. As Juntas julgam processos de todo o país, embora a grande maioria seja do Rio Grande do Sul.

O presidente falou que a tramitação dos processos na JR ainda, é mais ágil que na justiça comum, podendo chegar a 6 meses.

O representante da CUT perguntou como um processo da região Nordeste poderia ser analisado no RS sem a defesa oral do segurado.

A representante da FECOMÉRCIO esclareceu que esta defesa é realizada através de videoconferência. Acrescentou que a demanda é enorme, que a 18ª JR recebe em torno de 1800 processos por mês e, ocorrem muitas videoconferências, pois tem uma Junta em cada Estado. Complementou que realmente a Junta funciona e, que ainda há uma instância superior, o Conselho de Recursos em Brasília, onde o segurado também pode recorrer.

O representante da CUT considerou a videoconferência restritiva.

O chefe do Serviço de Reconhecimento Inicial de Direitos corrobora no sentido de que a JR funciona como um " Juizado Especial ", que a tramitação do recurso está mais ágil e ratifica que as decisões estão mais avançadas que as da Justiça e, que há decisões da Junta que são mais favoráveis aos segurados, principalmente no Benefício Assistencial, no critério da renda familiar há divergências e pode ser relevado com relação ao grupo familiar.

O representante da Procuradoria ressaltou que se os processos de outro Estado são analisados e julgados fora de seu estado de origem, o objetivo é a agilização.

A chefe da Divisão de Benefícios corroborou nesse sentido, informando que as videoconferências são do INSS e, que sendo os processos eletrônicos, as suas distribuições e tramitações têm maior celeridade. Considerou que a Junta de Recursos em alguns aspectos estão melhores que o Judiciário. Ponderou que se deve levar em consideração que no INSS os processos passam por diversas fases, mas, mesmo assim, é mais rápido do que a judicialização.

A representante da FECOMÉRCIO citou que o retorno dos peritos médicos, que são dois profissionais para cada Junta, facilitará a agilização dos processos de natureza médica e a tendência é que as diligências de perícia médica diminuam e sejam resolvidos na própria junta.

O representante da Associação dos Ferroviários questionou a chefe da Divisão de Benefícios sobre o fato de muitos servidores não terem conhecimento sobre a complementação do valor pago às pensionistas da RFFSA/RS. Sendo esclarecido que ele deveria enviar um e-mail relatando detalhadamente sobre a situação e onde ela está ocorrendo. Ela esclarece que as pensionistas devem ligar para o 135 ou acessar o site do INSS para agendar o seu atendimento, preferencialmente em uma agência mais próxima à sua residência, facilitando o seu deslocamento. Acrescentou que os segurados acreditam que a APS - Centro atende toda a população e desconhece que o INSS oferece um serviço descentralizado e que há outras agências em Porto Alegre. A capacidade de atendimento nas capitais encontra-se esgotada.

O representante da Associação dos Ferroviários reclamou do atendimento aos seus associados em agências da Gerência-Executiva do INSS em Canoas.

O presidente sugeriu que ele se reúna com o gerente-executivo de Canoas expondo os seus problemas. Acrescentou que existe um CRSS também na Gerência-Executiva do INSS em Canoas e que ele deveria encaminhar um ofício sobre esse assunto e eventualmente participar de uma reunião, isso facilitará a aproximação das entidades e também amenizar esse estigma sobre a agência de Canoas.

O representante da CUT comunicou que enviará pauta para a próxima reunião e que provavelmente será sobre o FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O presidente encerrou a reunião propondo que a presidente da 18ª JR seja convidada novamente para participar de um encontro no próximo ano. Avisou que a próxima reunião será no dia 20/12, com pauta a ser definida pelos conselheiros.

IV – Considerações Finais

Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a participação dos conselheiros presentes e declarou encerrada a centésima sexta reunião do Conselho de Previdência Social em Porto Alegre, na qual, eu, Maria José Alves Machado, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2016.

Haidson Pedro Brizola da Silva – Presidente

Maria José Alves Machado - Secretária